Aula 3

A FORMAÇÃO DAS CIDADES MEDIEVAIS

META

Estimular o debate sobre as cidades medievais, considerando o ponto de vista de destacados estudiosos do medievo.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Destacar análises norteadoras do debate sobre o chamado renascimento urbano ocorrido na Idade Média.

Analisar a contribuição do comércio e da indústria no processo de formação das cidades medievais.

Identificar a relação entre a formação das cidades e a burguesia.

Lenalda Andrade Santos
Bruno Gonçalves Alvaro

INTRODUÇÃO

Até tempos recentes os historiadores caracterizavam como renascimento urbano e comercial o movimento relacionado ao crescimento das cidades e do comércio que aconteceu na Baixa Idade Média. Na medida em que as informações hoje ao alcance dos estudiosos demonstram que o comércio continuou a ser praticado, que apenas teve seu volume ou sua dinâmica reduzida, não cabe mais se falar em renascimento comercial.

O caso das cidades é diferente. Depois de desempenharem o papel de centro político, administrativo, militar e econômico no Império Romano, elas ficaram sem sentido na época medieval: nem econômico, nem social, nem político, nem cultural. Como o mundo feudal foi essencialmente agrário, rural, as cidades ficaram reduzidas quase que exclusivamente a uma atrofiada função política e administrativa. Por isso, o emprego do termo Renascimento para designar o movimento urbano acontecido na Europa ao final da Idade Média.

Nesta aula faremos um exercício diferente. Vamos tomar como referência para reflexão textos de dois autores que são referência no estudo do medievo: Henri Pirenne e Jacques Le Goff . Vejamos seus pontos de vista sobre o assunto, começando com um texto de Pirenne.

O RENASCIMENTO URBANO

Figura 6: Renascimento Urbano/ http://www.colegioweb.com.br/historia/as-corporacoes-de-oficio-e-a-producao-urbana.html

“Grande parte destas cidades já existia antes do ano mil, remontando à Antiguidade ou talvez antes. Mesmo em territórios barbarizados, cristianizados tardiamente, como os dos Escandinavos, Germânicos e Eslavos, as

cidades medievais constituíam um prolongamento das aldeias primitivas: o *grod* eslavo, o *wik* nórdico. Raros foram os estabelecimentos urbanos surgidos *ex nihilo* (a partir do nada) na Idade Média. Entretanto, mesmo nos casos mais freqüentes de continuidade, seria possível afirmar que as cidades medievais eram as mesmas que suas predecessoras?

No mundo romano as cidades eram centros político, administrativo, militar e, em segundo plano, econômico. Durante a Alta Idade Média, encarquilhadas num canto de suas antigas muralhas (que ficaram muito grandes), as cidades foram reduzidas quase que exclusivamente à função política e administrativa – ela própria atrofiada. As mais prósperas deviam sua relativa importância menos à presença de um soberano (em constante deslocamento e mais afeito à vida aldeã) ou de algum funcionário (os poucos que havia não tinham muitos seguidores fora dos "palácios" reais), do que a presença de um bispo. Religião até então urbana, o cristianismo preservou no Ocidente a continuidade urbana. E se a cidade episcopal conservou certa função econômica, isto se deveu à função, bem simples, desempenhada pelos celeiros dos bispos e dos mosteiros (estabelecidos na cidade), nos quais estavam armazenados os víveres provenientes da área rural subjacente, e que eram distribuídos para a maioria do pequeno grupo de habitantes mais em troca de serviços do que de dinheiro e, em momentos de escassez, gratuitamente. O que muitas levaram a crer, erroneamente, numa continuidade do fenômeno urbano no primeiro milênio da Idade Média foi que a cidade medieval se instalou ao lado do núcleo antigo. Ela veio a ser uma cidade subúrbio, *podgrozie* eslava, *portal* ocidental. Mesmo onde houve continuidade, as grandes cidades medievais sucederam em geral pequenas cidades da Antiguidade ou da Alta Idade Média. Veneza, Florença, Gênova, Pisa e mesmo Milão (medíocre até o século 4º, suplantada por Pavia entre os séculos 7º e 11), Paris, Bruges, Gand, Londres, sem falar de Hamburgo e Lubeck, foram criações medievais. Com exceção das cidades renanas (Colônia e Mainz) e, sobretudo, de Roma (que não era mais que um grande centro religioso, uma espécie de Santiago de Compostela com população permanente mais numerosa), ao longo da Idade Média as cidades mais importantes do Império Romano desapareceram ou ficaram em segundo plano". (LE GOFF, 2005).

Após fazer as considerações transcritas acima a respeito das cidades surgidas na Idade Média, Le Goff prossegue analisando as causas do movimento considerado pelos historiadores indicativo de um renascimento urbano.

"É preciso aceitar o fato de que o nascimento e o desenvolvimento das cidades medievais se devem a um conjunto complexo de estímulos e, sobretudo, a diversos grupos sociais. "*Novos ricos ou filhos de ricos*?", foi a pergunta feita, depois de Pirenne, num debate célebre coordenado por Lucien Febvre. Certamente as cidades atraíram *homines novi* (*Homens novos*, quer dizer

novas categorias sociais), recém-chegados do campo, das *familiae* (conjunto de servos e dependentes dos mosteiros rurais) monásticas, livres de preconceitos, prontos a negociar e obter ganhos, mas com eles, misturados a eles ou dando-lhes ajuda – emprestando-lhes o dinheiro que só eles tinham no início -, estavam os membros das classes dominantes: a aristocracia fundiária e o clero tiveram um papel determinante. Uma categoria como a dos *ministeriales* (em sentido amplo, servo, doméstico, escravo), agentes senhoriais saídos quase sempre da escravidão e da servidão e elevando-se rapidamente às camadas superiores da hierarquia feudal, certamente teve parte significativa no renascimento urbano. As regiões fortemente urbanizadas do Ocidente medieval – se deixarmos de lado aquelas onde a tradição greco-romana, bizantina e muçulmana haviam deixado bases mais sólidas (Itália, Provença, Languedoc, Espanha) – são sem dúvida aquelas tocadas por grandes rotas comerciais (Norte da Itália, onde terminam as vias alpestres e as rotas mediterrânicas; Norte da Alemanha e Flandres, onde chega o comércio do Leste; Nordeste da França, onde sobretudo nos século 12 e 13 mercadores e produtos do Norte e do Sul podiam ser encontrados nas feiras de Champanhe). Mas estas regiões são também de ricas planícies, onde se pode observar os progressos obtidos pelo afolhamento trienal, o uso mais difundido da charrua e do cavalo como animal de tração. É difícil ainda determinar o que é causa e o que é conseqüência na íntima relação entre cidade e campo durante a Idade Média. Para nascer, as cidades tiveram necessidade de um meio rural favorável, mas, na medida em que se desenvolveram, exerceram uma força de atração cada vez maior na área rural circunvizinha – cuja dimensão aumentava de acordo com suas exigências. Grupo de consumidores, que não participava senão marginalmente da produção agrícola (na verdade não existiram campos no interior da cidade medieval, e sim jardins e vinhedos que tiveram certo papel na alimentação dos citadinos), a população urbana tinha necessidade de ser abastecida. Ao seu redor estendem-se os arroteamentos e a produção cresce, de modo que, de suas áreas rurais vizinhas, ela retira não somente víveres, mas também os homens. A emigração do campo para as cidades, ocorrida entre os séculos 10º e 14, foi um dos fenômenos maiores da Cristandade. Dos diversos elementos humanos por ela recebidos, a cidade criou uma sociedade nova. Sem dúvida esta sociedade pertence também ao mundo feudal, que se costuma imaginar como um ambiente quase que exclusivamente rural [...] Ela é tocada pela influência dos senhores feudais que, por vezes – como na Itália -, têm aí uma residência. Seus notáveis imitam o gênero de vida nobre, mandam construir casas de pedra e erguer torres, que embora sirvam como pontos de defesa e como locais de armazenamento de víveres, são também e antes de tudo símbolos de prestígio. Sem dúvida a sociedade urbana é minoritária num mundo que permanece ainda rural. Porém, pouco a pouco conseguirá substituir as diretrizes vindas do campo

por impulsos próprios. A Igreja não se enganou neste aspecto [...] No século 13 os líderes espirituais – dominicanos e franciscanos – se instalam nas cidades e, das cátedras de suas igrejas e universidades, governam as almas.

Este papel de guia, de fermento e de motor assumido daí em diante pela cidade afirma-se primeiramente no âmbito econômico. Mas, mesmo que, no princípio, a cidade tenha sido um lugar de trocas, um centro comercial, um mercado, sua função essencial neste domínio, ligava-se à atividade produtiva. Ela era um canteiro e, o que é mais importante, sobre este canteiro se instaurou uma divisão do trabalho. No campo, durante a Alta Idade Média, a propriedade rural, mesmo que comportasse certa especialização técnica artesanal, concentrava todas as funções da produção [...] Mas com as cidades esta especialização foi levada ao extremo. O artesão deixou de ser antes um camponês, e o "burguês" de ser antes um proprietário.

Figura 7: Corporações de Mestres (patrões) e aprendizes / http://cidademedieval.blogspot.com.br

Convém, entretanto, não exagerar o dinamismo nem a autonomia dos novos ofícios. Por muitos entraves econômicos (as matérias-primas vinham em grande parte de seus domínios) e institucionais (os direitos feudais dos senhores, principalmente as taxas, afetavam a produção e as trocas, malgrado as franquias obtidas pelas cidades), os "feudais" controlavam a atividade econômica. As corporações nas quais os novos ofícios encontravam-se enquadrados são antes de tudo "cartéis" que eliminam a concorrência e freiam a produção [...]. Raras são as cidades que produzem para a exportação. Apenas os têxteis, ao Noroeste da Europa, sobretudo em Flandres, e ao Norte da Itália atingem, pela produção de tecidos de luxo e semi luxuosos

(panos finos, sedas), dimensões quase industriais e estimulam produções anexas, como a de plantas tintoriais denominadas guède ou pastel que, a partir do século 13, assume lugar de destaque". (LE GOFF, 2005).

Segundo Le Goff, portanto, o nascimento e o desenvolvimento das cidades medievais foi resultado de um "conjunto complexo de estímulos" e, sobretudo, da ação de "diversos grupos sociais". Destaque-se, também, na análise do autor, a importância da relação entre a cidade e o campo, como movimento propulsor da autonomia e do dinamismo que as cidades acabaram alcançando.

Visando ao aprofundamento da questão relativa às cidades medievais reproduzimos abaixo texto de Henri Pirenne, autor de obra considerada um clássico nos estudos sobre o tema em pauta. Leiam e analisem os pontos idênticos e divergentes entre ele e Jaques Le Goff.

A FORMAÇÃO DAS CIDADES E A BURGUESIA

Em nenhuma civilização a vida urbana se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria. A diversidade dos climas, dos povos ou das regiões é tão indiferente a este fato como a das épocas. [...] A sua universalidade explica-se pela necessidade. Um aglomerado urbano, com efeito, só pode subsistir pela importação de gêneros alimentícios que importa do exterior. Mas a esta importação deve corresponder, por outro lado, uma exportação de produtos fabricados que constitua a compensação ou a paga do valor recebido em troca. Estabelece-se assim entre a cidade e os seus vizinhos uma permanente relação de serviços. O comércio e a indústria são indispensáveis para a manutenção desta recíproca dependência: sem a importação que assegura o reabastecimento, sem a exportação que a compense com objetos de troca, a cidade morrerá.

Este estado de coisas comporta, evidentemente, uma infinidade de gradações. Consoante o tempo e o lugar, a atividade comercial e a atividade industrial foram mais ou menos preponderantes entre as populações urbanas [...]

As cidades da Idade Média apresentam-nos um espetáculo muito diferente. O comércio e a indústria fizeram delas o que elas foram. Não cessaram de crescer sob a sua influência. Em nenhuma época se observa um contraste tão nítido como o que opõe a sua organização social e econômica à organização social e econômica dos campos. Nunca antes existiu uma classe de homens tão especificamente, tão estreitamente urbana, como o foi a burguesia medieval.

Que a origem das cidades da Idade Média se ligue diretamente, como

um efeito à sua causa, ao renascimento comercial de que se falou nos capítulos precedentes é uma verdade incontroversa. A prova resulta da notória concordância que se nota entre a expansão do comércio e a do movimento urbano. A Itália e os Países Baixos, onde a expansão comercial se manifestou primeiramente, são precisamente os países em que a vida urbana começou e onde se afirmou mais rapidamente e mais vigorosamente. É fácil notar que gradualmente ao progresso do comércio as cidades se multiplicam, aparecem ao longo de todas as vias naturais por onde ele se difunde. Nascem, por assim dizer, sob os seus passos. Inicialmente só o encontramos ao pé das costas ou das ribeiras. Depois, tendo-se ampliado a penetração comercial, estabelece-se nos atalhos que ligam uns aos outros esses primeiros centros de atividade. O exemplo dos Países Baixos é muito característico deste ponto de vista. A partir do século X, as primeiras cidades começam a fundar-se à beira do mar ou sobre as margens do Mosa e do Escalda; a região intermédia, o Brabante, não o conhece ainda. É preciso esperar o século XII para o vermos aparecer ao longo do caminho que se estabelece entre os dois grandes cursos de água. E poderemos fazer constatações análogas em toda a parte. Um mapa da Europa onde fosse apontada a relativa importância das vias comerciais coincidiria, pouco mais ou menos, com uma lista da relativa importância das aglomerações urbanas. Indubitavelmente, as cidades medievais apresentam uma extraordinária variedade. Cada uma delas possui a sua fisionomia e o seu caráter típico. Não é, pois, impossível descrever, como tentaremos fazê-lo aqui, a evolução da vida urbana no Ocidente da Europa [...] Aliás, o assunto é menos complicado do que podia, à primeira vista, parecer. É inútil, com efeito, numa exposição a respeito da origem das cidades européias, tomar em conta a complexidade infinita que apresentam. A vida urbana não se desenvolveu de início, exceto num número demasiado restrito de localidades pertencentes à Itália do Norte, assim como os Países Baixos e as regiões vizinhas. Será suficiente termos apenas em conta essas cidades primitivas, pondo de parte as formações posteriores, que não são, em suma, qualquer que possa ser o interesse, senão fenômenos de repetição. Ainda concederemos, nas páginas seguintes, um lugar privilegiado aos Países Baixos. É porque, com efeito, fornecem ao historiador, acerca dos primeiros tempos da evolução urbana, luzes mais abundantes que qualquer outra região da Europa Ocidental.

A organização comercial da Idade Média, tal como nos esforçamos por descrever, tornava indispensável o estabelecimento em lugar fixo de mercadores viajantes em que repousava. Nos intervalos das suas viagens, e, sobretudo, durante a estação má, que tornava o

mar, os rios e os caminhos inabordáveis, deviam necessariamente aglomerar-se em certos pontos do território. Foi naturalmente em pontos cuja situação facilitava as comunicações e onde podiam ao mesmo tempo por em segurança o seu dinheiro e os seus bens que eles se concentraram inicialmente. Transportaram-se então para as cidades ou para os burgos que melhor respondiam a essas condições. O seu número era considerável. A localização das cidades tinha-lhes sido imposta pelo relevo do solo ou a direção dos cursos de água e, imediatamente, pelas naturais circunstâncias que determinavam precisamente a direção do comércio e assim dirigiam para elas os mercadores. Quanto aos burgos, destinados a oporem-se ao inimigo ou a fornecerem um abrigo às populações, não deixaram de construí-los nos locais cujo acesso era particularmente fácil. É pelos mesmos caminhos que passam os invasores e que se encaminham os mercadores, e daqui resultou que as fortalezas elevadas contra aqueles se adaptavam excelentemente a atrair estes para as suas muralhas. Aconteceu assim que as primeiras aglomerações comerciais se constituíram nos locais que a natureza predispunha quer a tornarem-se, quer a voltarem a ser, centros de circulação econômica.

Poder-se-ia ser tentado a acreditar, e certos historiadores acreditaram-no com efeito, que os mercados (mercatus, mercata), fundados em tão grande número a partir do século XI, foram a causa desses primeiros aglomerados. Por sedutora que à primeira vista pareça, esta opinião não resiste à análise. Os mercados da época carolíngia eram simples mercados locais, visitados pelos camponeses dos arredores e por alguns vendedores ambulantes. Tinham unicamente por fim prover ao reabastecimento das cidades e dos burgos. Só se realizavam uma vez por semana e as suas transações eram limitadas pelas necessidades domésticas dos habitantes, muito pouco numerosos, em favor dos quais eram estabelecidos. Mercados desta espécie sempre existiram e existem ainda hoje em milhares de pequenas cidades e aldeias. A sua atração não era nem suficientemente poderosa nem suficientemente extensa para atrair e fixar à sua volta uma população de mercadores [...] Outro tanto se pode dizer das feiras (fora), e, no entanto, as feiras, diferentemente dos mercados, foram instituídas para servirem de reunião periódica aos mercadores profissionais, a fim de os porem em contato uns com os outros e fazê-los confluir para elas em épocas fixas. Na Flandres as de Thourout e de Messines, em França as de Bar-Sur-Aube e de Lagny figuram entre os principais centros de comércio medieval até cerca do fim do século XIII. Pode, portanto, parecer estranho à primeira vista que nenhuma destas localidades se não tenha tornado uma cidade digna desse nome. Foi assim porque ao

movimento de negócios que aí se fazia faltava esse caráter permanente que é indispensável à fixação do negócio. Os mercadores dirigiam-se para elas porque estavam situadas na grande via de trânsito que corre do mar do Norte à Normandia e porque os príncipes territoriais as tinham dotado de franquias e privilégios. Eram pontos de reunião e lugares de troca, onde se encontravam vendedores e compradores do Norte ou do Sul; depois, após algumas semanas, a sua clientela exótica dispersava-se para não voltar senão no ano seguinte.

Aconteceu, sem duvida, e aconteceu muitas vezes, que uma feira tenha sido fixada no local onde continuou um aglomerado mercantil. [...] Conclui-se, pois, que a situação geográfica junta à presença de uma cidade ou de um burgo fortificado surge como a condição essencial e necessária de uma instituição de mercadores. Nada menos artificial que a formação de um estabelecimento deste gênero. As necessidades primordiais da vida comercial, a facilidade de comunicações e a necessidade de segurança justificam-na da maneira mais natural. Numa época mais avançada, quando a técnica tiver permitido ao homem vencer a natureza e impor-lhe a sua presença, a despeito dos obstáculos do clima e do solo, será possível, sem dúvida, construir cidades em toda a parte onde o espírito de iniciativa e o desejo de lucro procurarem um lugar. Mas será totalmente diferente numa época em que a sociedade não adquirira ainda o suficiente vigor para se libertar da ambiência física. Forcada a adaptar-se, era subordinando-se-lhe que fazia o seu habitat. A formação das cidades da Idade Média é quase um fenômeno tão nitidamente determinado pelo meio geográfico e pelo meio social como o pulso dos rios é determinado pelo relevo das montanhas e a direção dos vales.

À medida que se acentuou, a partir do século X, o renascimento comercial da Europa, as colônias de mercadores instaladas nas cidades ao pé dos burgos engrandeceram-se continuamente. Até ao fim do século XIII, o movimento ascensional que testemunham desde o início continuará de um modo ininterrupto. Era impossível que fosse de outra maneira. Cada um dos nós do trânsito internacional participava naturalmente da atividade daquelas colônias e a multiplicação dos mercadores ali era uma conseqüência natural. Porque estes locais eram justamente os mais favoráveis à vida comercial. Se tinham mais cedo do que outros atraído os mercadores, é porque melhor do que eles respondiam às suas necessidades profissionais. Assim se explica da maneira mais satisfatória que, regra geral, as maiores cidades comerciais de uma região sejam também as mais antigas. [...]

O povoamento das cidades escapa-nos nos seus pormenores. Não se sabe como os primeiros mercadores que aí se vieram fixar se instalaram

no meio ou à margem da população pré-existente. As cidades, cujos limites abarcavam frequentemente espaços vazios ocupados por campos ou jardins, forçosamente tinham de lhes fornecer, a princípio, um lugar que se tornou demasiado exíguo. É certo que, a partir do século X, em muitas de entre elas, foram forcados a estabelecer-se fora das muralhas. [...]
O povoamento dos burgos é devido às mesmas causas que o das cidades, mas operou-se em condições bastante diferentes. Aqui, com efeito, o espaço disponível faltava aos que chegavam. Os burgos eram só fortalezas, cujas muralhas encerravam um perímetro estreitamente limitado. Daqui resulta que, desde o principio, os mercadores foram obrigados a instalar-se, por falta de lugar, no exterior deste perímetro. Construíram, ao lado do burgo, um burgo exterior, ou seja, um subúrbio . Este subúrbio é ainda chamado pelos textos novo burgo, por oposição ao burgo feudal, ou velho burgo, ao qual está ligado. Encontramos para o designar, especialmente nos Países Baixos e em Inglaterra, uma palavra que responde admiravelmente a natureza: Portus.
Chama-se portus, na linguagem administrativa do Império Romano, não a um porto de mar, mas ao local fechado que serve de entreposto ou de escala para as mercadorias. A expressão passou, transformando-se, não sem custo, nas épocas merovíngia e carolíngia. É fácil verificar que todos os locais a que se aplica estão situados junto de cursos de água e que um imposto foi estabelecido.
Eram então desembarcadouros, onde se acumulavam, em virtude do jogo da circulação, mercadorias destinadas a serem transportadas para mais longe. Entre um portus e um mercado ou uma feira, a oposição é muito nítida. Ao passo que estes consistem em encontros periódicos de compradores e vendedores, aquele é um lugar permanente de comércio, um centro de contínuo trânsito. [...] Nota-se, na mesma data (século X), nos textos anglo-saxões, a aparição da palavra porto empregada como sinônimo das palavras latinas urbs e civitas. Nada demonstra com mais clareza a estreita conexão que existe entre o renascimento econômico da Idade Média e os começos da vida urbana. Estão de tal maneira aparentados que a mesma palavra que designa um aglomerado comercial serviu, num dos grandes idiomas europeus, para designar a própria cidade. [...]
Podemos concluir com uma completa segurança que os portus mencionados em tão grande número durante os séculos X e XI, junto dos burgos de Flandres e das regiões vizinhas, são aglomerados de mercadores [...]
Observemos, antes de prosseguirmos, qual foi a sorte tanto das cidades

como dos burgos aos quais a sua situação não concedeu a fortuna de se tornarem centros comerciais. [...] No período agrícola e senhorial da Idade Média, todos esses lugares se tinham distinguido pela sua riqueza e influência. Mas, por estarem muito afastados das grandes vias de comunicação, não foram atingidos pelo renascimento econômico, nem se assim podemos o dizer, fecundados por ele [...] Nenhum deles se ergueu antes dos tempos modernos, acima do papel de uma simples aldeota semi-rural. E não é necessário mais para precisar o papel desempenhado na evolução urbana pelas cidades e pelos burgos. Adaptados a uma ordem social muito diferente daquela que viu nascer as cidades, não deram nascimento a estas. Não foram, por assim dizer, senão pontos de cristalização da atividade comercial. Esta não sai deles, chega de fora, quando as circunstâncias favoráveis do local para aí a fazem confluir. O seu papel foi na essência um papel passivo. Na história da formação das cidades, o subúrbio comercial ultrapassou em muito a importância do burgo feudal. É ele que é o elemento-agente e é através dele, como se verá, que se explica a renovação da vida municipal, que não é senão a consequência do renascimento econômico.
As aglomerações mercantis caracterizam-se, a partir do século X, por um crescimento continuo. Por esse fato, apresentam o mais violento contraste com a imobilidade em que persistem as cidades e os burgos juntos dos quais se fixaram. Atraem continuamente novos habitantes. Dilatam-se com um persistente movimento, cobrindo um espaço cada vez mais vasto, tanto que, no começo do século XII, encerram já por todos os lados a primitiva fortaleza, em volta da qual se comprimem as suas habitações. A partir do começo do século XI, tornou-se indispensável criar para elas novas igrejas e repartir a sua população em novas paróquias. Quanto ao arranjo e à disposição do subúrbio, apenas uma idéia de conjunto se pode fazer, a que falta a precisão de pormenores. O tipo original é em toda a parte muito simples. Um mercado, estabelecido na margem do curso de água que atravessa a localidade ou no centro daquela, é o ponto de junção das ruas que dele se dirigem para as portas que dão entrada para o campo. Porque o subúrbio de mercadores, e importa realçar este ponto com particular atenção, se rodeia em breve de obras de defesa.
Era impossível que tivesse acontecido diferentemente numa sociedade onde, apesar dos esforços dos príncipes e da igreja, a violência e a rapina campeavam permanentemente [...] Da mesma maneira que os mercadores não se aventuravam nas estradas senão armados, da mesma maneira fizeram suas residências coletivas à semelhança de praças fortes. Os domicílios que fundaram ao pé das cidades ou dos burgos lembram os fortes e os blockhouses construídos pelos imigrantes

europeus nos séculos XVII e XVIII nas colônias da América ou do Canadá. Como estes, na maioria dos casos, aqueles só eram defendidos por uma sólida paliçada de madeira atravessada por portas e rodeada de um fosso [...] É certo que esta grosseira vedação de vigamentos não tinha outro fim que não fosse o de evitar um ataque de surpresa. Representavam uma garantia contra os bandidos; não poderia resistir a um cerco em regra. Em caso de guerra, era preciso entregá-la às chamas, a fim de impedir o inimigo de aí se emboscar e de se refugiar na cidade ou no burgo como numa poderosa cidadela. Só a partir do século XII a prosperidade crescente das colônias mercantis lhes permitiu aumentar a sua segurança rodeando-se de muralhas de pedras, flanqueadas por torres, capazes de suportar um ataque regular. A partir de então foram fortalezas. A cidade fortificada feudal ou episcopal, que continuou a erguer-se ainda no seu centro, perdeu assim toda a razão de ser. Pouco a pouco deixam-se cair em ruínas as muralhas inúteis. Colaram-se-lhes casas e cobriram-nas. Aconteceu mesmo que as cidades as resgataram ao conde ou ao bispo, para quem não representavam mais do que um capital estéril; demoliram-nas e transformaram o espaço que tinham ocupado em terrenos para construção.
A necessidade de segurança que se impunha aos mercadores fornece-nos, portanto, a explicação deste caráter essencial de as cidades da Idade Média serem cidades-fortalezas. Não pode pensar-se nesta época numa cidade sem muralhas; é um direito ou, para empregar a maneira de falar desse tempo, é um privilégio que não falta a nenhuma delas. Ainda aqui a heráldica se conforma muito exatamente a realidade, sobrepondo aos brasões das cidades uma coroa mural.
Mas a cerca urbana não era somente o distintivo da cidade, é ainda dela que provém o nome que serviu, e que serve ainda, para designar a população. Com efeito, do fato de constituir um lugar fortificado a cidade torna-se um burgo. O aglomerado mercantil, já o dissemos, era chamado, ao lado do velho burgo primitivo, pelo nome de novo burgo. E foi devido a isso que os seus habitantes receberam, o mais tardar depois do começo do século XI, o nome de burgueses (burgenses). A primeira menção que conheço dessa palavra pertence à França, onde se dá por ela a partir de 1007. [...] Assim, são os habitantes do novo burgo, quer dizer, do burgo de mercadores, que receberam, ou, mais provavelmente, que deram a si próprios a designação de burgueses. É curioso observar que esta palavra nunca foi aplicada aos habitantes do velho burgo. Estes aparecem-nos com o nome de castellanes ou de castrenses. E é mais uma prova, de que a população urbana deve ser procurada não entre a população das primitivas fortalezas, mas na população imigrada que o comércio fez afluir à sua volta e que, a partir do século XI, começou a absorver os antigos habitantes.

A designação de burgueses não foi de inicio de uso corrente. A par dela continuou-se ainda a empregar a de cives, conforme a tradição antiga. Resurgem também, na Inglaterra e em Flandres, as palavras poortmanni e poorters, que caíram em desuso na Idade Média, mas que, uma e outra, confirmam do modo mais feliz a identidade que já se nota entre o portus e o novo burgo. A bem dizer, um e outro são uma e a mesma coisa...
Sob que aspecto convém representar a primitiva burguesia das aglomerações comerciais? É evidente que não era constituída exclusivamente por mercadores de longo curso [...] Devia compreender, ao lado destes, um número mais ou menos considerável de pessoas empregadas no desembarque e transporte das mercadorias, no aparelhamento e equipamento dos barcos, na confecção de carros, de vasilhas, de caixas; numa palavra, de todos os acessórios indispensáveis à prática dos negócios. Estes atraíram necessariamente para a cidade nascente as pessoas dos arrabaldes em busca de uma profissão. Pode notar-se nitidamente a partir do século XI, uma verdadeira atração da população rural pela cidade. Quanto mais aumentava a densidade daquela, mais também se intensificava a ação que exercia à sua volta. A cidade tinha necessidade para a sua manutenção diária de uma quantidade e também de uma crescente variedade de profissionais. Os raros artífices das cidades e dos burgos não podiam responder evidentemente às múltiplas exigências dos recém chegados. Era preciso, portanto, que os trabalhadores das profissões mais necessárias – padeiros, cervejeiros, carniceiros, ferreiros, etc. – viessem de fora.
Mas o próprio comércio suscitava a indústria. Em todas as regiões onde a indústria era praticada no campo o comércio esforçou-se e conseguiu a principio atraí-la e, em breve, concentrá-la nas cidades. Flandres fornece a esse respeito um exemplo dos mais esclarecedores. Já vimos que, desde a época céltica a prática do fabrico de panos não cessara de ser ai largamente espalhada. Os tecidos confeccionados pelos camponeses tinham sidos transportados para longas distâncias, antes do período das invasões. Os mercadores das cidades, por sua vez, não deviam deixar de tirar partido deste fato. A partir do século X, sabemos que transportavam tecidos para Inglaterra. Cedo aprenderam a conhecer a excelente qualidade da lã indígena e introduziram-na em Flandres, onde a mandaram tecer. Transformaram-se em empresários e atraíram naturalmente para as cidades os tecelões do país. Esses tecelões perderam então o seu caráter rural para se tornarem simples assalariados ao serviço dos mercadores. O aumento da população favoreceu naturalmente a concentração industrial. Uma quantidade de pobres acorreu às cidades, onde o fabrico de panos, cuja atividade

crescia a par do desenvolvimento do comércio, lhes garantia um ganha-pão. A sua condição aparecia, aliás, como muito miserável. A concorrência que uns aos outros faziam nos mercados de trabalho permitia aos mercadores pagar-lhes um preço muito reduzido [...] Quanto à velha fabricação rural de tecidos, desapareceu muito rapidamente. Não podia lutar com a das cidades, abundantemente fornecida de matéria-prima pelo comércio e gozando de uma técnica mais avançada. Porque os mercadores não cessaram de melhorar, com vistas às vendas, a qualidade dos tecidos que exportavam [...]
Os tecidos de Flandres tornaram-se assim uma das mercadorias mais procuradas do grande comércio. A concentração da indústria nas cidades foi até ao fim da Idade Média a origem da propriedade daquelas e contribuiu para lhes dar esse caráter de grandes centros manufatureiros.
Se o fabrico de tecidos desfrutou em Flandres de um prestigio incomparável, está bem longe de se restringir a este país. Muitas cidades do Norte e do Sul da França, da Itália e da Alemanha Renana também o usaram com sucesso. Os tecidos alimentaram mais que qualquer outro produto o comércio da Idade Média. A metalurgia desfrutou de uma importância muito menor. Reduziu-se quase exclusivamente ao trabalho do cobre, ao qual certo número de cidades deve a sua fortuna. Mas qualquer que tenha sido a espécie de indústria, em toda a parte obedeceu a essa lei de concentração que notamos desde muito cedo em Flandres. Em toda a parte os aglomerados urbanos absorveram, graças ao comércio, a indústria rural
No período da economia senhorial, o centro de exploração, grande ou pequeno, bastava a todas as suas necessidades. [...] Tudo isso mudou desde que as cidades começaram a oferecer aos habitantes do campo o meio de se aprovisionarem de produtos industriais de toda a espécie. Estabeleceu-se entre a burguesia e a população rural essa troca de serviços que falamos atrás. Os artífices a quem a burguesia recorria encontraram nesta uma clientela certa. O resultado foi uma divisão de trabalho muito nítida entre as cidades e os campos. Estes se entregaram exclusivamente à agricultura, as cidades, à indústria e ao comércio, e este estado de coisas durou tanto tempo como a sociedade medieval. Aliás, isto era muito mais vantajoso para a burguesia do que para os camponeses. As cidades esforçaram-se energicamente para salvaguardar. Nunca deixaram de combater toda a tentativa de introduzir a indústria no país campesino. Velaram cuidadosamente pelo monopólio que garantia a sua existência. É preciso esperar a época moderna para que elas se resignem a renunciar a um exclusivismo doravante incompatível com o progresso econômico.

A burguesia de que acabamos de delinear a dupla atividade industrial e comercial encontrou-se, desde o inicio, a braços com dificuldades múltiplas, de que só triunfou num longo prazo. Nada estava preparado para recebê-la nas cidades e nos burgos em que se estabeleceu. Deve ter aparecido ai como uma causa de perturbação, e poder-se-ia ser tentado a dizer que ela foi acolhida muitas vezes como indesejável. Foi-lhe necessário inicialmente entrar em combinação com os proprietários do solo. Umas vezes era o bispo, outras um mosteiro, um conde, ou um senhor que possuía a terra e lá exercia a justiça. Acontecia mesmo com frequência que o espaço ocupado pelo portus ou pelo novo burgo dependia, por partes, de várias jurisdições e de vários domínios. Era destinado à agricultura e a imigração dos recém-chegados transformavam-no de repente em terreno de construção. Foi preciso certo tempo antes que os seus possuidores se apercebessem do proveito que desse fato podiam retirar. A principio sentiram sobretudo os inconvenientes da chegada destes colonos dados a um gênero de vida que contrariava os seus hábitos ou que chocava as suas idéias tradicionais.

Imediatamente instalaram conflitos. Eles eram inevitáveis, se se pensar que os que chegavam, na sua qualidade de estrangeiros, não estavam inclinados a terem em conta os interesses, os direitos e os costumes que os constrangiam. Tiveram de aceitá-los, umas vezes a bem, outras a mal, e à medida que o seu número ia crescendo, os seus empreendimentos tornaram-se cada vez mais audaciosos (...)

À variedade dos proprietários correspondia a variedade dos regimes a que as terras estavam submetidas. Umas estavam atreitas aos censos e a corvéias, outras a impostos destinados à manutenção dos cavaleiros que formavam a guarnição permanente do velho burgo, ainda outras a direitos recebidos pelo castelão, pelo bispo ou pelo procurador a título de senhores de alta justiça.

Todas, em suma, traziam a marca de uma época na qual a organização econômica como a política tinham sido exclusivamente estabelecidas sobre a posse do solo. A isto se juntavam as formalidades e as taxas exigidas pelo uso quando da transmissão dos imóveis e que complicavam singularmente, quando não tornavam impossível a venda e a compra. Em tais condições, a terra, imobilizada pela espessa armadura dos direitos adquiridos que pesavam sobre ela, não podia entrar no comércio, adquirir um valor negociável ou servir de base ao crédito. A multiplicidade das jurisdições complicava ainda uma situação já tão intricada. Era muito raro que o solo ocupado pelos burgueses dependesse de um só senhor. Cada um dos proprietários entre os quais se repartia possuía a sua corte senhorial, a única competente em matéria

de bens de raiz. Algumas dessas cortes exerciam, além disso, quer a alta, quer a baixa justiça. O entrelaçamento das competências agrava ainda, portanto, o das jurisdições. Acontecia que o mesmo homem dependia ao mesmo tempo de vários tribunais, conforme se tratava de dívidas, de crimes, ou, muito simplesmente, da posse da terra. As dificuldades resultavam tanto maiores quanto esses tribunais não tinham todos a sua sede na cidade e que era preciso às vezes transportar-se para longe para aí demandarem. Por outro lado, diferiam uns dos outros, pela sua composição, tanto como pelo direito que outorgavam. Ao lado dos tribunais senhoriais existia quase sempre um antigo tribunal de almotacés estabelecido quer na cidade, quer no burgo. Ao tribunal eclesiástico da diocese competiam-lhe não só os assuntos dependentes do direito canônico, mas ainda todos aqueles nos quais o membro do clero estivesse interessado, sem contar uma quantidade de questões de sucessão, de estado civil, de casamento, etc.

Se volvermos os olhos para a condição das pessoas, a complexidade aparece maior ainda. O meio urbano em formação apresenta neste aspecto todos os contrastes e todos os matizes. Nada é mais bizarro do que a nascente burguesia. Os mercadores eram de fato tratados como homens livres. Mas não acontecia a mesma coisa com um número muito grande dos imigrados que, atraídos pelo desejo de encontrar trabalho, vinham até eles. Porque, quase sempre originários dos arredores, não podiam dissimular o seu estado civil. O senhor a cujo domínio tinham escapado podia facilmente encontrá-los; As pessoas da sua aldeia encontravam-nos quando vinham à cidade. Conheciam os seus pais, sabia-se que eram servos, porque a servidão era a condição geral das classes rurais, e era-lhes impossível reivindicar, como os mercadores, uma liberdade que estes últimos só gozavam devido à ignorância em que se estava da sua condição de nascimento. Assim, a maioria dos artífices conservava na cidade a sua servidão original. Havia, se assim se pode dizer, incompatibilidade entre a sua nova condição social e a sua condição jurídica tradicional. Ainda que tenham deixado de ser camponeses, não podiam apagar a mancha de que a servidão marcara a classe rural. Se eles procuravam dissimulá-la, não deixavam de ser rudemente chamados à realidade. Bastava que o seu senhor os reivindicasse para que eles fossem obrigados a segui-lo e a reintegrarem-se no domínio de que tinham fugido.

Os próprios mercadores indiretamente sentiam os prejuízos da servidão. Quando queriam casar, a mulher que escolhiam quase sempre pertencia à classe servil. Só os mais ricos de entre eles podiam ambicionar a honra de casarem com a filha de qualquer cavaleiro de quem tinham pago as dívidas. Para os outros, a sua união com uma

serva tinha por consequência a servidão dos seus filhos. O costume atribuía às crianças, o direito da sua mãe e compreende-se a incoerência que daí advém para as famílias. A liberdade que o mercador desfrutava por si próprio não podia transmitir-se a seus filhos. O casamento fazia reaparecer a servidão no seu lar. (...)

Por outro lado, à medida que a burguesia crescia e pelo seu número adquiria força, a nobreza, a pouco e pouco, recuava perante ela e cedia-lhe o lugar. Os cavaleiros estabelecidos no burgo ou na cidade já não tinham nenhuma razão para aí permanecerem desde que a importância militar dessas velhas fortalezas desaparecera. Percebe-se perfeitamente que, pelo menos no norte da Europa, eles se retirem para o campo e abandonem as cidades. Somente na Itália e no sul da França continuaram a residir.

É necessário, sem dúvida, atribuir este fato à conservação, nestes países, das tradições e, numa certa medida, à organização municipal do Império Romano. As cidades da Itália e da Provença tinham estado tão intimamente ligadas com os territórios de que formavam os centros administrativos que mantiveram com eles, na época da decadência econômica dos séculos VIII e IX, relações mais apertadas que em qualquer outro lado. A nobreza, cujos feudos se dispensavam através do campo, não tomou esse caráter plural que caracteriza a da França, Alemanha ou Inglaterra. Fixou-se nas cidades, onde viveu dos rendimentos das suas terras. Construiu desde a Alta Idade Média essas torres que até aos nossos dias dão um aspecto tão pitoresco a tantas velhas cidades da Toscana. Não se despojou dessa característica urbana de que a sociedade antiga tinha sido tão fortemente marcada. O contraste entre a nobreza e a burguesia aparece menos marcado na Itália do que na restante Europa. Na época do renascimento comercial vemos mesmo nobres interessarem-se pelos negócios dos mercadores e colocarem nesses negócios uma parte dos seus rendimentos. É talvez por isso que o desenvolvimento das cidades italianas difere mais profundamente do das cidades do Norte.

Nestas últimas, só a título deveras excepcional é que encontramos aqui e acolá, isolada e como perdida no meio na sociedade burguesa, uma família de cavaleiros. No século XII, o êxodo da nobreza para os campos terminou quase em toda a parte. Tocamos aqui numa questão ainda muito mal conhecida e sobre a qual é permitido esperar que ulteriores pesquisas lancem mais luzes. Pode supor-se, no entanto, que a crise econômica à qual a nobreza foi submetida no século XII como consequência da diminuição das suas receitas não deixou de ter influência na sua desaparição das cidades. A nobreza deve ter achado vantajoso vender aos burgueses as construções que possuía nas

cidades e cuja transformação em terrenos de construção aumentara enormemente o valor.
A situação do clero não foi sensivelmente afetada pelo afluxo da burguesia às cidades e aos burgos. Daqui resultaram para o clero inconveniências, mas também vantagens. Os bispos tiveram de lutar para manter intactos, em presença dos recém chegados, os seus direitos de justiça e os seus direitos senhoriais. Os mosteiros e os cabidos viam-se obrigados a deixar que se construíssem casas nos seus campos e nas suas "culturas". O regime patriarcal e senhorial a que a Igreja estava acostumada encontrou-se subitamente a braços com reivindicações e necessidades inesperadas, para que daí não resultasse de início um período de mal estar e de insegurança.
No entanto, por outro lado, as compensações não faltavam. O censo devido pelos lotes de terreno cedidos aos burgueses formava uma fonte de rendimento cada vez mais abundante. O aumento da população acarretava um aumento correspondente de emolumentos alimentados por batismos, casamentos e óbitos. O produto das oferendas iria crescendo sem cessar. Os marcadores e os artífices agrupavam-se em piedosas confrarias associadas a uma Igreja ou a um mosteiro pagando foros anuais. A fundação de novas paróquias, à medida que subia a cifra de habitantes, multiplicava o número e os recursos do clero secular. Quanto às abadias, só já a título muito raro as vemos ainda estabeleceram-se nas cidades a partir do século XI. Não puderam acostumar-se à vida citadina, muito ruidosa e muito azafamada, e, demais, foi-lhes impossível doravante encontrar lá o lugar necessário a uma grande casa religiosa com os serviços acessórios que requeria. A Ordem de Cister, que se espalhou tão largamente na Europa no século XII só floresceu fora das cidades.
É somente no século seguinte que os monges retomarão, mas em condições inteiramente diferentes, o caminho das cidades. As ordens mendicantes, Franciscanos e Dominicanos, que nessa época virão fixar-se nas cidades, não correspondem somente à nova orientação do fervor religioso. A regra da pobreza os fez romper com a organização senhorial que tinha sido até então o suporte da vida monárquica. Para eles, o monaquismo encontrou-se maravilhosamente adaptado ao meio urbano. Só pediram aos burgueses as suas esmolas. Em vez de se isolarem no centro de vastos recintos silenciosos, construíram seus conventos ao longo das ruas; participaram em todas as agitações e em todas as misérias dos artífices; compreenderam-lhes todas as aspirações, e mereceram tornar-se os seus diretores espirituais. (PIRENNE, 1973, p. 103/130).

Para ajudá-los no estudo comparativo do pensamento de Henri Pirenne e Jaques Le Goff a respeito da formação das cidades, leiam trecho com opinião emitida por Le Goff sobre o ponto de vista do primeiro.

"Henri Pirenne mostrou de forma magnífica que a cidade medieval nasce e se desenvolve a partir de sua função econômica. Mas sem dúvida exagerou o papel desempenhado pelos mercadores, minimizou o papel dos artesões, deu grande relevo ao renascimento comercial em detrimento do desenvolvimento agrícola que lhe deu sustentação ao alimentar os centros urbanos com víveres e homens".

CONCLUSÃO

Após período de absoluto predomínio do campo, conforme se verificou na Alta Idade Média, a Europa ocidental conheceu movimento urbano de tal magnitude que permitiu aos estudiosos classificá-lo como um renascimento.

A rigor, o que aconteceu de mais significativo foi o nascimento de cidades, de muitas importantes cidades européias da atualidade.

Quais fatores contribuíram para a sua formação; como se deu esse processo; que tipo de relação envolveu os diferentes segmentos da sociedade medieval com o nascimento e o desenvolvimento dos centros urbanos?

Respostas para algumas dessas questões podem ser encontradas em trechos da obra de dois grandes estudiosos do medievalismo: Henri Pirenne e Jaques Le Goff, que usamos como referências.

RESUMO

Nos séculos seguintes às invasões bárbaras que provocaram a crise e o desaparecimento do Império Romano do Ocidente, suas mais importantes cidades "desapareceram ou ficaram em segundo plano". Antes centros político, administrativo, militar e econômico, as cidades sobreviventes "foram reduzidas quase que exclusivamente à função política e administrativa – ela própria atrofiada".

Segundo Lê Goff, o "nascimento e o desenvolvimento das cidades medievais deve-se a um conjunto complexo de estímulos e, sobretudo, a diversos grupos sociais", que identifica. Para ele, o movimento de emigração ocorrido entre os séculos 10º e 14, levou para as cidades novas categorias sociais oriundas da servidão, mas também membros da classe dominante: da aristocracia fundiária e do clero.

Ainda segundo o autor, o fenômeno da urbanização foi fortemente influenciado pelas rotas comerciais que passaram a unir ligar diferentes

pontos da Europa, e pelo incremento da produção agrícola. Afirma que a sociedade urbana, embora minoritária, pouco a pouco foi conseguindo "substituir as diretrizes vindas do campo por impulsos próprios." É o caso da especialização, da divisão do trabalho, das corporações de ofício, por exemplo.

Outro texto sobre a formação das cidades usado como referência é de autoria do medievalista Henri Pirenne, que analisa o movimento urbano ocorrido na Idade Média associando-o ao comércio e à indústria, atividades que teriam provocado o distanciamento entre a organização social e econômica da cidade e a do campo.

Segundo Pirenne, a origem das cidades da Idade Média se liga diretamente, como um efeito à sua causa, ao renascimento comercial. "A prova resulta da notória concordância que se nota entre a expansão do comércio e a do movimento urbano [...] É fácil notar que gradualmente ao progresso do comércio as cidades se multiplicam, aparecem ao longo de todas as vias naturais por onde ele se difunde. Nascem, por assim dizer, sob os seus passos". Observe-se que, além do renascimento comercial, o mercador tem papel destacado na linha de abordagem do autor.

ATIVIDADES

1. "Mesmo nos casos mais freqüentes de continuidade, seria possível afirmar que as cidades medievais eram as mesmas que suas antecessoras? Responda a questão formulada por Le Goff em texto sobre o renascimento urbano.
2. Segundo o ponto de vista de Le Goff, como se deu a relação entre a zona rural e as novas cidades que surgiram no medievo europeu?
3. Compare os textos de Pirenne e de Le Goff e identifique os pontos de convergência e de divergência.

PRÓXIMA AULA

O assunto objeto de estudo da próxima aula, a revolução comercial, já teve aqui sua introdução, na abordagem do tema da revolução urbana.

REFERÊNCIA

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a história. História Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.
COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A.. **História Geral e do Brasil: da Pré-História ao Século XXI**. São Paulo: Scipione, 2008.
DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Tradução de Manuel do Rêgo Braga. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1963.
FRANCO Jr., Hilário. **A Idade Média: o nascimento do ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
HEERS, Jacques. **O OCIDENTE NOS SÉCULOS XIV E XV – Aspectos Econômicos e sociais**. Tradução de Anne Arnichand da Silva. São Paulo: Pioneira, 1973.
HODGETT, Gerald A. J. **História Social e Econômica da Idade Média**. Tradução de Mauro Roberto da C. Souza e Tayná Pinheiro da C. Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
------------------------. **Mercadores e Banqueiros da Idade Média.** Tradução de Orlando Cardoso. Lisboa: Gradiva, s/d. (Coleção "Construir o passado").
PERROY, Èdouard - Org. A Nova Primavera da Europa. In. **A Idade Média**. O período da Europa Feudal, do Islã e da Ásia Mongólica. Tomo III, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
--------------------. **As Cidades na Idade Média**. Tradução de Carlos Montenegro Miguel. Lisboa: Publicações Europa- América, 1973. (Coleção Saber).